

COREOGRAFIAS URBANAS:

Pedagogias incorporadas e disputas espaciais na produção das cidades latino-americanas

EIXO TEMÁTICO 2: Procesos de Produção do Espaço Urbano

MACIEL, Tiago Andrade Vieira

Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense.
tiagomaciel@id.uff.br

PENA, Mariana

Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense.
mariana.ccarpe@gmail.com

SANCHÉZ, Fernanda

Doutora, professora titular, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense.
fsanchez@id.uff.br

RESUMO

Este artigo analisa como determinadas formas de exclusão urbana são incorporadas pelos sujeitos por meio de pedagogias espaciais que orientam comportamentos, deslocamentos e percepções de pertencimento na cidade. A pesquisa articula uma crítica ao urbanismo moderno latino-americano com a análise de narrativas autobiográficas produzidas por Benita Galeana (México) e Carolina Maria de Jesus (Brasil), compreendidas como fontes capazes de revelar dimensões da experiência urbana frequentemente ausentes dos discursos técnicos e especializados. Metodologicamente, o trabalho combina revisão bibliográfica nos campos da teoria urbana crítica, dos estudos feministas e da história cultural urbana com a leitura comparada das obras *Benita* e *Quarto de despejo*. A análise é complementada pela discussão de dois contextos relacionados à produção da moradia na Cidade do México: o *Foro Nacional de la Vivienda* (1963) e a experiência cooperativa de *Palo Alto*. Os resultados indicam que dispositivos cotidianos, como o elevador, podem operar como mediadores de pertencimento e exclusão, revelando processos de corporificação das desigualdades urbanas. Argumenta-se que o urbano atua pedagogicamente na produção de limites sociais incorporados, ao mesmo tempo em que experiências de escrita, organização coletiva e autogestão habitacional evidenciam possibilidades de resistência e reconfiguração das ordens espaciais estabelecidas.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus (1914-1977); Benita Galeana Lacunza (1903-1995); coreografias urbanas; urbanismo latino-americano, história cultural urbana.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This article examines how specific forms of urban exclusion are embodied by subjects through spatial pedagogies that shape behaviors, mobility patterns, and perceptions of belonging in the city. The study combines a critique of modern Latin American urbanism with an analysis of autobiographical narratives written by Benita Galeana (Mexico) and Carolina Maria de Jesus (Brazil), understood as sources capable of revealing dimensions of urban experience that are often absent from technical and specialized discourses. Methodologically, the research integrates a bibliographic review of critical urban theory, feminist studies, and urban cultural history with a comparative reading of Benita and Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus (Quarto de Despejo). The analysis is further complemented by a discussion of two housing-related experiences in Mexico City: the National Housing Forum (1963) and the Palo Alto cooperative experience. The findings suggest that everyday devices, such as the elevator, can function as mediators of belonging and exclusion, revealing processes through which urban inequalities become embodied. The article argues that the urban environment operates pedagogically in the production of internalized social boundaries, while experiences of writing, collective organization, and housing self-management reveal possibilities for resisting and reconfiguring established spatial orders.

Keywords: Carolina Maria de Jesus (1914–1977); Benita Galeana Lacunza (1903–1995); urban choreographies; Latin American urbanism; urban cultural history..

RESUMEN

Este artículo analiza cómo determinadas formas de exclusión urbana son incorporadas por los sujetos mediante pedagogías espaciales que orientan comportamientos, desplazamientos y percepciones de pertenencia en la ciudad. La investigación articula una crítica al urbanismo moderno latinoamericano con el análisis de narrativas autobiográficas producidas por Benita Galeana (México) y Carolina Maria de Jesus (Brasil), entendidas como fuentes capaces de revelar dimensiones de la experiencia urbana que con frecuencia permanecen ausentes de los discursos técnicos y especializados. Metodológicamente, el trabajo combina una revisión bibliográfica en los campos de la teoría urbana crítica, los estudios feministas y la historia cultural urbana con una lectura comparada de las obras Benita y Quarto de despejo. El análisis se complementa con la discusión de dos experiencias vinculadas a la producción de vivienda en la Ciudad de México: el Foro Nacional de la Vivienda (1963) y la experiencia cooperativa de Palo Alto. Los resultados indican que dispositivos cotidianos, como el elevador, pueden operar como mediadores de pertenencia y exclusión, revelando procesos de corporización de las desigualdades urbanas. Se argumenta que lo urbano actúa pedagógicamente en la producción de límites sociales incorporados, al mismo tiempo que las experiencias de escritura, organización colectiva y autogestión habitacional evidencian posibilidades de resistencia y reconfiguración de los órdenes espaciales establecidos.

Palabras clave: Carolina Maria de Jesus (1914-1977); Benita Galeana Lacunza (1903-1995); coreografías urbanas; urbanismo latinoamericano; historia cultural urbana.

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

Os modelos urbanísticos não apenas se conformam e circulam, mas também produzem exclusões que se inscrevem nos corpos. É a partir da leitura cruzada de Benita Galeana Lacunza (1903-1995), do México, e de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), do Brasil, que buscamos perceber esses processos. Neste artigo propomos uma crítica ao urbanismo latino-americano e às formas hegemônicas de produção de conhecimento sobre o espaço urbano que estão, historicamente, pautadas por epistemologias coloniais, patriarcais, racistas e, que muitas vezes, violentam ou capturam outras formas de existir e de reescrever o espaço.

Tendo como base a ideia de que o urbanismo, enquanto campo disciplinar, não é neutro, mas historicamente situado e atravessado por disputas teóricas, políticas e epistemológicas (Maricato, 2017 e Vainer, 2000), interessa-nos examinar os processos históricos de legitimação de determinadas concepções de cidade ao longo do século XX. Nesse período, consolidaram-se modelos urbanos orientados por ideais modernos de ordem, racionalidade e progresso, frequentemente apresentados como respostas universais às problemáticas comuns dos espaços urbanos. Contudo, longe de produzirem espaços neutros e acessíveis a todos, esses modelos contribuíram para reforçar mecanismos de diferenciação social e espacial, estabelecendo fronteiras explícitas e implícitas sobre quem poderia ocupar, circular e usufruir determinados espaços da cidade.

No contexto latino-americano, o campo do urbanismo esteve historicamente vinculado à circulação internacional de ideias, modelos e condutas provenientes do norte global, o que revela não apenas um intercâmbio técnico, mas a incorporação de regimes de poder que orientam a produção do espaço. Nas últimas décadas, sob influência neoliberal, essas diretrizes se consolidaram por meio da adoção de estratégias de planejamento corporativo, transformando as cidades em mercadorias e reorganizando suas formas de gestão. Como aponta Vainer (2000), esse modelo submeteu os espaços urbanos à uma lógica de competição contínua, característica do chamado empreendedorismo urbano, em que a “cidade-empresa” passou a priorizar interesses mercadológicos em detrimento das necessidades coletivas. Mais do que uma mudança de enfoque, tratou-se da reafirmação de um regime que define quais corpos, práticas e territórios são reconhecidos, valorizados ou descartados no interior da vida urbana.

Ainda que disputas locais tenham ocorrido durante este processo, manteve-se como referência um ideal de cidade e de usuário universal, de modo que, ao serem transpostos em contextos marcados

PENSAR FORA DO EIXO

pela desigualdade estrutural, contribuíram para consolidar formas de planejamento um tanto inadequadas às vivências urbanas locais, às práticas sociais e aos saberes situados.

Nesse sentido, ao observar os dispositivos espaciais e as práticas sociais que produzem exclusões no cotidiano, é evidente que o acesso à cidade é mediado por códigos e condutas implícitos de pertencimento. Mesmo na ausência de proibições formais, há um aprendizado incorporado que orienta comportamentos e constrange determinados corpos. Propomos, assim, compreender esse processo como uma pedagogia urbana que se realiza como um dispositivo de corporificação, por meio do qual o próprio urbano orienta, de modo silencioso e contínuo, quem pode, ou não, acessar seus espaços.

Daí partimos para analisar as narrativas de Benita Galeana¹ e Carolina Maria de Jesus, pois seus relatos permitem que nos aprofundemos na experiência urbana moderna latino-americana como uma experiência corporal-pedagógica, especialmente por se constituírem como testemunhos de diásporas rurais, cujas vivências foram atravessadas por processos de aprendizado silencioso de pertencimentos e exclusões. Ao relacionar essas trajetórias, buscamos evidenciar como dispositivos cotidianos, como os elevadores, poderiam operar como mediadores de acesso à cidade e revelar dimensões de hierarquias espaciais incorporadas. Defendemos que, tais experiências cruzadas, para além de ilustrar os limites do universalismo urbanístico, podem evidenciar outras leituras sobre os modos de produção das cidades.

Para desenvolver essa análise, este artigo se organiza em três momentos articulados: uma reflexão sobre pedagogias urbanas corporificadas, tomando o elevador como um dispositivo privilegiado de leitura; uma aproximação entre diferentes modos de produção do urbano, em que o *Foro Nacional de la Vivienda*, de 1963, e o movimento por moradia de *Palo Alto*, ambos da década de 1960, na Cidade do México, permitem evidenciar a tensão entre uma lógica institucional de ordenamento e práticas situadas de construção da vida urbana; e, por fim, a mobilização da noção ampliada de coreografia por Moraes (2019), em diálogo com os conceitos de coreopolítica e coreopolícia, de Lepecki (2012), como forma de articular as experiências trazidas no texto e compreender o urbano como um campo de disputas em movimento, no qual se organizam, se reproduzem e também se tensionam gestos de circulação, permanência e existência na cidade.

¹ Doravante simplificaremos a grafia de “Benita Galeana Lacunza” para “Benita Galeana”.

PENSAR FORA DO EIXO

A formulação deste texto parte fundamentalmente do encontro entre as narrativas presentes nos livros “*Benita*”, de Benita Galeana, lançado em 1940, e “*Quarto de despejo*”, de Carolina Maria de Jesus, lançado em 1960, particularmente a partir de situações que se repetem ou se aproximam em seus relatos. Ao colocar em relação essas trajetórias, evidenciamos autoras que encontraram na escrita sua própria atividade de libertação pessoal e de permanência nos espaços.

1 Circulação de ideias e o universalismo do urbanismo moderno

A consolidação do urbanismo moderno como campo disciplinar na América Latina está vinculada a um conjunto de transformações associadas aos processos de modernização ocorridos ao longo do século XX. Nesse contexto, grande parte das intervenções urbanas passou a privilegiar soluções técnicas orientadas por princípios de racionalidade, eficiência e ordenamento espacial, fundamentados em matrizes eurocêtricas do pensamento. Conforme observa Rolnik (2015), a produção do espaço urbano na América Latina resulta da articulação entre Estado, mercado e políticas habitacionais, dinâmica que frequentemente reproduz desigualdades históricas. A incorporação de referenciais urbanísticos formulados em outros contextos reforçou esse processo ao difundir concepções de cidade que tomavam experiências particulares como universais. Como consequência, formas de habitar, circular e produzir a cidade que escapavam aos parâmetros da modernidade urbana passaram a ser marginalizadas ou tratadas como desvios a serem corrigidos.

Tais modelos, “projetados, testados e definidos de acordo com os padrões determinados pelo corpo e pelas necessidades dos homens” (Kern, 2021, p. 29), não apenas privilegiam, mas também produzem e naturalizam um sujeito urbano normativo masculino, heterossexual, branco e eurocêntrico. O urbanismo hegemônico estrutura-se, assim, por meio de pressupostos universalizantes que desconsideram desigualdades de gênero, raça e classe, operando como mecanismo de exclusão de corpos e práticas dissidentes (Tavares, 2015). Essa crítica dialoga com a reflexão de Lélia Gonzalez (1998) acerca da persistência de matrizes eurocêtricas na formação social brasileira, nas quais raça e gênero constituem dimensões centrais para a definição de quem é reconhecido como sujeito legítimo. Desse modo, a cidade não apenas expressa hierarquias sociais preexistentes, mas participa ativamente de sua reprodução cotidiana. A organização do espaço, os mecanismos de controle e os critérios implícitos de pertencimento contribuem para legitimar determinadas presenças e restringir outras.

Ao participar da produção e reprodução das hierarquias sociais, o espaço urbano também orientaria comportamentos, delimitaria possibilidades de ação e produziria expectativas sobre quem pode

PENSAR FORA DO EIXO

ocupar determinados lugares. A normatividade, nesse contexto, não se manifestaria apenas por meio de regras explícitas ou dispositivos formais, mas pelo cotidiano, por meio de códigos implícitos que regulariam o acesso, a circulação e a permanência nos espaços da cidade.

Como argumenta Iris Marion Young (1990), as experiências no espaço público são atravessadas por estruturas sociais que se expressam nos modos pelos quais os corpos se movimentam, se posicionam e são percebidos pelos outros. A perspectiva feminista contribui para evidenciar esse processo ao demonstrar que a relação com a cidade não é vivida de maneira homogênea. O acesso ao espaço urbano não depende apenas da existência de infraestrutura ou da disponibilidade física de determinados lugares, mas também de percepções de segurança, pertencimento e legitimidade que condicionam os deslocamentos e as formas de permanência. Nesse sentido, como observa Kern (2021, p. 23), os ambientes urbanos foram historicamente estruturados para sustentar formas familiares patriarcais, mercados de trabalho segregados por gênero e papéis sociais tradicionais, limitando as possibilidades de ação de mulheres e outros grupos marginalizados.

Se as experiências urbanas são produzidas e distribuídas de maneira desigual, torna-se necessário investigar como tais processos são vividos e narrados pelos sujeitos que os experimentam cotidianamente. É a partir dessa premissa que propomos explorar aquilo que denominamos experiências corporificadas da cidade, buscando compreender como os espaços urbanos comunicam, reforçam ou tensionam os limites do pertencimento. Consideramos que a análise de escritos autobiográficos produzidos por mulheres latino-americanas permitiria acessar essas experiências a partir da perspectiva daqueles que habitam a cidade, revelando dimensões frequentemente ausentes dos discursos técnicos e especializados. Tal escolha aproxima esta pesquisa do campo da história cultural urbana (Almandoz, 2003) e dialoga com esforços recentes de ampliação dos estudos urbanos por meio da incorporação de gêneros literários, narrativas autobiográficas e outras formas não especializadas de produção do conhecimento sobre a cidade.

2 Pedagogias urbanas corporificadas

Testemunho 1: “Me di cuenta de que cuando socialmente no percibes la violencia es porque la ejerces.” (Paul B. Preciado, em entrevista)²

Testemunho 2: “Llegamos al elevador. —Suba por aquí. —¡No, yo no subo! —¿Por qué? —¡Pues quién sabe adónde me llevará!” Galeana, Benita. 2017, p. 73).

² Disponível em: www.pagina12.com.ar/202789-me-di-cuenta-de-que-cuando-socialmente-no-percibes-la-violen/

PENSAR FORA DO EIXO

Testemunho 3: “O homem estava bem vestido. Eu estava descalça. Não estava em condições de andar no elevador.” (De Jesus, Carolina Maria. 2014, p. 98).

Quando ocorre, em um elevador, um encontro e um contato mais prolongados do que talvez gostaríamos, partimos para o campo das negociações entre os seres, como em um jogo de interesses. Nossa própria figura fica sujeita à avaliação fria do outro e, sob sua vigilância contínua, mesmo o batimento cardíaco mais nervoso poderia ser percebido. A troca de palavras entre os personagens neste cenário poderia carregar tons de arrogância ou humildade, também de fáceis apreensões. É ante essa caixa fria e automatizada que diferentes pessoas podem se encontrar e se confrontar. Ela seria um não-lugar? Ou uma zona cinza, como um lugar de ensaios, onde até mesmo o mais fortificado silêncio poderia comunicar-se com uma clareza opressiva?

Carolina Maria de Jesus, brasileira, foi uma escritora que viveu grande parte de sua trajetória na favela do Canindé, na cidade de São Paulo, inserindo-se no contexto mais amplo dos deslocamentos de trabalhadores rurais oriundos de Minas Gerais em direção às grandes metrópoles brasileiras ao longo do século XX. Sua experiência urbana foi atravessada pela convivência cotidiana com a fome, com a precariedade e com as formas de exclusão que marcaram a vida dos migrantes desprovidos de recursos. Seus diários deram origem ao livro “Quarto de despejo”, publicado com ampla repercussão, ao qual se seguiram outras obras, entre elas “Casa de alvenaria” e “Diário de Bitita”. O primeiro teria se consolidado como sua obra de maior projeção e como um dos mais significativos êxitos editoriais da década de 1960, projetando sua escrita na história do país como testemunho incontornável das desigualdades urbanas brasileiras.

Benita Galeana, mexicana, nasceu em *San Jerónimo de Juárez*, no estado de *Guerrero*, em uma família marcada por oscilações econômicas e vínculos com a vida política regional. Ainda jovem, deixou sua cidade natal e passou por *Acapulco*, onde enfrentou condições de violência, humilhação e pobreza, antes de se estabelecer na Cidade do México. Na capital, inseriu-se nas lutas sociais e políticas das décadas de 1930 e 1940, atuando junto a movimentos de trabalhadores e populações marginalizadas, o que lhe rendeu sucessivas prisões. Participou ativamente da organização de mulheres em torno de demandas por direitos básicos, como melhores condições de trabalho, acesso a serviços de cuidado e reconhecimento político. Autora de obras de caráter autobiográfico, como “*Benita*” e “*El peso mocho*”, Galeana construiu uma narrativa marcada pela interseção entre experiência pessoal e processo histórico. Na primeira, apresenta uma leitura singular da Revolução Mexicana e das condições de vida das mulheres camponesas e operárias, expondo episódios de violência e resistência desde a infância até sua consolidação como ativista política. Na segunda,

PENSAR FORA DO EIXO

publicada décadas depois, reúne relatos que recriam práticas, costumes e tradições de *San Jerónimo* no contexto revolucionário, ampliando a dimensão memorialística de sua escrita.

Ao ler conjuntamente as histórias de vida de Carolina Maria de Jesus e de Benita Galeana surgem aproximações que, à primeira vista, poderiam parecer banais, mas que, se observadas com maior atenção, podem revelar camadas mais profundas das dinâmicas às quais estiveram submetidas mulheres oriundas dos processos de êxodo rural em direção às grandes cidades latino-americanas ao longo do século XX. Ambas atravessaram contextos de extrema precariedade, deslocando-se em direção a centros urbanos que se expandiam rapidamente, impulsionados por ideais de progresso, modernização e integração nacional.

Entre as diversas aproximações possíveis entre suas trajetórias, como a dificuldade de acesso à moradia digna, a convivência cotidiana com a fome ou a inserção em dinâmicas urbanas profundamente desiguais, chama atenção a recorrência de uma situação específica, aparentemente trivial: o momento em que ambas são impelidas a utilizar um elevador pela primeira vez. Consideramos que esse encontro entre o corpo e um dispositivo tecnológico, longe de ser um episódio irrelevante, nos permitiria acessar uma dimensão mais fina e, ao mesmo tempo, mais incisiva da experiência urbana moderna latino-americana.

Nas palavras de Lefebvre (1969, p. 198), o modernismo foi marcado pelo culto ao novo e por sua fetichização, ideia que, no pensamento urbanístico e arquitetônico, orientou a consolidação de estruturas técnicas e estéticas voltadas a atender as necessidades do chamado homem moderno. No entanto, essa figura, frequentemente mobilizada como sujeito universal, poderia revelar-se, ao ser interrogada a partir de suas margens, como uma construção parcial e excludente. Quem seria, afinal, esse homem moderno para o qual se projetavam cidades, edifícios e dispositivos tecnológicos?

Se buscamos responder a essa questão a partir dos relatos de Benita Galeana e Carolina Maria de Jesus, seria possível delinear essa figura por oposição às suas experiências. O homem moderno aparece menos como uma presença concreta e mais como um parâmetro que organiza pertencimentos e exclusões. Suas vidas evidenciam que a promessa da modernidade não se distribuía de forma homogênea, mas se estruturava por meio de hierarquias que definiam quem poderia habitar plenamente seus espaços e quem deveria, desde seu próprio corpo, aprender a reconhecer os lugares que não lhe eram destinados.

PENSAR FORA DO EIXO

Se entendermos a cidade como um espaço atravessado por dispositivos de regulação, como sugerido por Foucault (1987), seria possível compreender essas cenas não como exceções, mas como parte de uma economia mais ampla de produção de condutas. A disciplina, nesse caso, não se concentraria em grandes eventos, mas se disseminaria também por meio de pequenos dispositivos e práticas cotidianas, ensinando, de forma contínua, os limites do permitido.

Nesse sentido, o elevador poderia ser compreendido como um desses pequenos espaços em que se aprende a cidade, não porque nele se exerça uma punição explícita, mas porque nele se condensa uma lição sobre pertencimento e exclusão. Não há, nas situações descritas pelas duas autoras latino-americanas, qualquer interdição formal que as impeça de entrar. Ainda assim, ambas recuam. O que se revela, então, não é a força de uma proibição, mas a eficácia de um aprendizado. As cenas evocadas no início deste texto condensam, portanto, uma experiência urbana que dificilmente se deixa capturar pelos discursos oficiais da modernização. Nelas, o elevador surge não como mero dispositivo técnico, mas como um limiar carregado de tensão, dúvida e recusa. O gesto de não entrar indica a presença de uma ordem que não precisa se declarar para ser obedecida. Trata-se de um saber incorporado, de uma leitura imediata do espaço, em que o corpo reconhece, antes de qualquer interdição explícita, os limites de sua própria circulação.

As trajetórias de Benita Galeana e Carolina Maria de Jesus se aproximam justamente nesse ponto sensível em que a experiência cotidiana revela as engrenagens mais profundas da cidade. Por meio da escrita, ambas produziram uma leitura aguda das formas pelas quais a modernização urbana latino-americana se organizou sobre desigualdades persistentes, evidenciando como a exclusão se infiltra nos gestos mais simples e nos deslocamentos mais ordinários. Revisitar suas obras, nesse sentido, não implicaria apenas recuperar testemunhos individuais, mas abrir possibilidades de repensar o urbano a partir de outras escalas e outros pontos de vista que possam enriquecer uma outra política espacial. O elevador, no contexto das autoras, não conectaria apenas andares, mas delimitaria fronteiras invisíveis e participaria da construção de uma gramática silenciosa de pertencimento. Seria necessário saber utilizá-lo, sentir-se autorizado a ocupá-lo, reconhecer-se como parte daquele espaço. Tudo isso constituiria uma forma de capital distribuída de maneira desigual.

Com o passar do tempo, a difusão de edifícios verticalizados nas cidades e a intensificação da circulação produziram novas formas de habitar o espaço. O uso do elevador, nesse processo, foi deixando de ser um artefato restrito a poucos para tornar-se elemento estruturante da vida urbana.

PENSAR FORA DO EIXO

Ainda assim, segundo Bernard (2014), seu acesso pleno nunca foi universal, dependendo, desde o início, de uma base social desigual que separava aqueles para quem a cidade se organizava daqueles que eram sistematicamente relegados às suas margens.

É nesse ponto que o medo de elevador sentido pelas autoras emerge como uma zona cinza de investigação neste artigo. Não era como um medo individual, mas um medo socialmente produzido e incorporado. O receio de entrar no elevador, expresso como incerteza ou inadequação, revelaria a presença de uma pedagogia urbana silenciosa que ensina, desde cedo, a reconhecer os lugares que não nos pertenceriam, a evitar constrangimentos e a não ultrapassar determinados limites.

Esse aprendizado não se daria por meio de normas explícitas. O resultado seriam formas de autolimitação, em que o sujeito internalizaria hierarquias espaciais e passaria a reproduzi-las em sua própria conduta. A cidade moderna, ao mesmo tempo em que se apresentaria como um espaço de circulação ampliada, engendraria mecanismos sutis de contenção. Uma fronteira, nesse caso, não se materializa apenas nas paredes ou nas portas, mas na percepção de quem pode atravessá-las e de quem aprende, antes mesmo de tentar, quem não deve.

3 Lógicas coreográficas espacializadas

A dimensão institucional dos processos de transformação das cidades latino-americanas ao longo do século XX, no campo da arquitetura e do urbanismo, pode ser apreendida em iniciativas como o *Foro Nacional de la Vivienda de 1963*, realizado na Cidade do México. Esta e outras iniciativas podem ser compreendidas não somente como respostas técnicas a problemas urbanos, mas como momentos de institucionalização de uma pedagogia urbana moderna, na qual se buscava organizar modos de pensar, projetar e habitar a cidade. O evento em questão acompanhou as discussões, a nível internacional, do setor de habitação, tema central da arquitetura que, a partir da geração modernista, ganhou uma amplitude jamais vista antes (Choay, 1979, p. 24).

O *Foro de 63*³ apresentou-se como um esforço articulado de diagnóstico e proposição frente ao problema habitacional na capital mexicana. Organizado majoritariamente por homens vinculados a setores empresariais e técnicos, buscou consolidar uma visão de moradia orientada por critérios de eficiência, racionalidade e viabilidade econômica. Nesses espaços em que se formulavam soluções para a habitação, predominava uma linguagem especializada, frequentemente dissociada das experiências concretas daqueles que viviam cotidianamente a precariedade urbana. O apelo à união

³ Doravante simplificaremos a grafia de “*Foro de Vivienda de 1963*” para “*Foro de 63*”.

PENSAR FORA DO EIXO

empresarial operava como estratégia discursiva para produzir a sensação de que uma crise urbana ameaçava desestabilizar uma ordem existente, legitimando, assim, uma atuação mais incisiva do empresariado na reorganização social e econômica.

Amparado por medidas como a *Ley General de Instituciones de Crédito* de 1962, o Estado mexicano havia criado condições para a incorporação do capital privado na produção habitacional.⁴ Longe de representar uma ruptura, esse movimento reconfigurou o problema da moradia ao integrá-lo à lógica de mercado. A habitação dita social passaria, então, a funcionar como mercadoria, acessível sobretudo aos setores médios e formalizados, enquanto grande parte da população urbana permaneceria excluída. Diante da ausência de alternativas efetivas, os grupos mais pobres seguiram recorrendo a soluções precárias, como o aluguel informal, a ocupação de estruturas degradadas e a autoconstrução em áreas sem regulação.

Por outro lado, a presença das mulheres nos espaços de decisão sobre a cidade permanecia, e permanece ainda hoje, profundamente limitada, revelando a persistência de uma divisão entre aqueles que formulam políticas, diretrizes e projetos urbanos e aquelas que sustentam, na prática, as condições concretas de sua existência. Enquanto, no interior de um hotel, se elaboravam diagnósticos e proposições no âmbito do *Foro de 1963*, em territórios como *Palo Alto*, também na Cidade do México, mulheres organizavam formas de sobrevivência e de produção de vida que escapavam às lógicas formais do planejamento. Ali, onde o poder institucional se mostrava ausente, o trabalho cotidiano estruturava redes de solidariedade, assegurava condições mínimas de permanência e produzia soluções habitacionais efetivas:

"Foi usada uma tecnologia de tijolos pré-fabricados de cerâmica armados para os tetos e de blocos de concreto para as paredes. Essa decisão, desconhecida por eles (ainda que já provada em outros países como Uruguai), foi tomada devido à forte participação das mulheres, que a apoiaram porque reduzia o custo da casa e lhes permitia participar na sua construção. (...). As assembleias dedicavam espaço para a discussão sobre os problemas levantados pelos moradores nas etapas do processo construtivo. De fato, se construiu, inicialmente, uma casa-tipo, o que permitiu aos moradores entender como construir e como era a composição dos espaços de uma casa, abrindo espaço para o questionamento e para o debate sobre quais seriam os elementos mais adequados às suas características sociais e econômicas." (Lombera e Páez, 1987, p. 35, tradução pelos autores).

O movimento de *Palo Alto* teve origem no início da década de 1960, quando um grupo de trabalhadores, vinculados a uma pedreira desativada na região de *Santa Fe*, passou a ocupar o terreno onde vivia e trabalhava, diante da ameaça de despejo por parte de seus proprietários

⁴ Ver: Lombera e Páez (1987).

PENSAR FORA DO EIXO

formais. Em 1971, após um processo de organização coletiva, os moradores constituíram uma cooperativa habitacional, dando início a uma experiência singular de autogestão urbana. Ao longo dos anos seguintes, a comunidade estruturou formas próprias de financiamento, construção e tomada de decisão, baseadas em assembleias e na participação direta dos moradores. A adoção de tecnologias construtivas adaptadas às suas condições materiais, bem como a revisão contínua dos projetos habitacionais a partir das necessidades dos cooperados, colocou em questão os modelos institucionais de produção de moradia vigentes no México naquele período, fortemente dependentes de mecanismos formais de crédito e voltados a setores assalariados formais. A experiência de *Palo Alto* consolidou-se, assim, como uma referência no debate latino-americano sobre cooperativismo, autoconstrução e direito à cidade, evidenciando a capacidade de grupos populares de produzirem soluções urbanas fora dos marcos tradicionais do planejamento estatal e do mercado imobiliário.

A comparação entre esses dois contextos, o *Foro de 63* e o movimento de *Palo Alto*, evidencia uma assimetria estrutural, atravessada também por marcadores de gênero. De um lado, a cidade concebida como objeto de intervenção técnica, formulada em espaços institucionais e orientada por uma racionalidade burocrática e capitalista. De outro, a cidade vivida e produzida a partir das condições concretas de existência, sustentada por práticas de cooperação e pela invenção cotidiana.

Nesse quadro, as trajetórias de Benita Galeana e Carolina Maria de Jesus ajudam a elucidar as dificuldades e as estratégias associadas a outros modos de viver e fazer a cidade. Em suas experiências, situadas em décadas anteriores, já aparecem formas de enfrentamento da precariedade urbana que não passam exclusivamente pelas instâncias institucionais, mas são construídas no cotidiano. Mesmo em condições materiais adversas, ambas transformaram suas vivências em linguagem, denúncia e reflexão, trazendo para o centro da narrativa aquilo que frequentemente permanece à margem dos discursos técnicos sobre a cidade.

No caso de Carolina Maria de Jesus, a questão da moradia ocupa um lugar particularmente relevante. Após experiências marcadas pela instabilidade habitacional e pela remoção que a levou à favela do Canindé, a conquista de uma casa aparece em seus escritos como desejo recorrente e como horizonte de dignidade. A casa, tema central de tantas formulações urbanísticas do século XX, emerge também em sua narrativa, mas a partir da perspectiva daqueles que vivenciam as dificuldades concretas de acesso à moradia. Não por acaso, a passagem de *Quarto de Despejo*

PENSAR FORA DO EIXO

para *Casa de Alvenaria* pode ser lida não apenas como mudança residencial, mas como expressão de uma aspiração profundamente vinculada ao pertencimento urbano. Nesse sentido, sua escrita permite observar como uma questão frequentemente tratada em termos técnicos pelos urbanistas era experimentada, imaginada e narrada por quem ocupava posições historicamente marginalizadas na cidade.

Ao colocar essas experiências coletivas e individuais em relação com o processo mais amplo de modernização latino-americana, fica ainda mais evidente que o chamado “progresso” não se distribuiu de forma homogênea. As transformações técnicas e as inovações que permitiram a construção de edifícios mais altos e intensificaram a vida urbana conviveriam com formas persistentes de exclusão, segregação e violência. A ideia de uma cidade integrada se repetiria como promessa, mas esbarraria continuamente em uma realidade desigual, que dependeria justamente da permanência de amplos setores da população à margem para se sustentar.

A noção de coreografia em Moraes (2019) designa estruturas multidimensionais que organizam corpos, experiências e pensamentos, atuando como um agenciador sistêmico do espaço. Sob essa ótica, o *Foro de 1963* materializaria uma lógica coreográfica centralizada que limita percursos para estabilizar condutas, enquanto o movimento de *Palo Alto* revela uma coreografia urbana dissensual, construída na reconfiguração contínua da vida. Ao situar o urbano como campo estruturante, Moraes fundamenta a compreensão de como o espaço atua pedagogicamente sobre o corpo, preparando o terreno para a análise das rupturas cinéticas operadas pelo sujeito político pleno nas fissuras da cidade.

As experiências aqui mobilizadas indicam que, diante da ausência de alternativas institucionais, outras formas de viver e construir a cidade passam a ser engendradas. Ao inventar maneiras de sobreviver, essas populações não apenas respondem à precariedade, mas tensionam as formas estabelecidas de poder. No caso de Benita Galeana e Carolina Maria de Jesus, a escrita opera como elaboração crítica, convertendo a experiência vivida em linguagem e possibilidade. Em *Palo Alto*, as práticas coletivas não apenas viabilizam a produção da moradia, como também colocam em questão os próprios sistemas de financiamento habitacional, ao evidenciar a insuficiência de modelos que não contemplavam formas cooperativas.

O contraste entre essas lógicas permite perceber distintos modos de organização da vida urbana. De um lado, dispositivos que estabelecem regras, acessos e percursos, orientando de maneira mais ou menos explícita os movimentos dos corpos no espaço. De outro, experiências que, ao operar

PENSAR FORA DO EIXO

fora ou nas margens desses enquadramentos, introduzem variações que não se deixam capturar integralmente. Nesse contexto, o gesto de interromper-se diante do elevador, como nas experiências de Carolina Maria de Jesus e Benita Galeana, também pode ser compreendido como parte de uma coreografia, não como simples recusa, mas como expressão de uma relação sensível com composições mais amplas que organizam o espaço. Observamos que nesses intervalos cinéticos, quase imperceptíveis, é possível ler tanto o funcionamento dessas lógicas quanto as disputas que atravessam as escalas mais finas dos campos da arquitetura e do urbanismo.

4 O urbano como campo político-coreográfico

Nesta altura do texto, mobilizamos o conceito contemporâneo de coreografia como uma ferramenta para explicar como políticas urbanísticas podem se insinuar e se corporificar nas situações mais corriqueiras, nos espaços aparentemente neutros, nos instantes em que o corpo interrompe um gesto antes mesmo de realizá-lo. Ao retomar as ordens urbanas descritas por Choay (1979), o que se evidencia não são apenas modelos ou tipologias, mas formas de organização que também atravessariam a experiência de maneira discreta, orientando ritmos, comportamentos e expectativas. A cidade maquinista, a cidade-objeto ou a cidade-espetáculo não apenas descreveriam configurações espaciais, mas sustentariam modos específicos de estar e de se mover na cidade, ou seja, expressam coreografias urbanas, frequentemente apresentadas como naturais. Em suas brechas, entretanto, seria possível encontrar expressões coreográficas dissidentes, tanto a nível pessoal como a nível coletivo, que, em seu cerne, buscam expressar o valor de suas próprias vidas e sua luta contra a sua desumanização.

Daí pensarmos a pedagogia do oprimido a partir de Freire (1987), pois se a desumanização não constitui destino, mas resultado de uma ordem, então a paragem, a dúvida, ou o silêncio, poderiam ser compreendidos como efeitos de uma pedagogia (urbana) que ensina, de forma contínua, os limites do possível. Nesse sentido, o medo de elevador poderia ser interpretado como expressão de um “medo da liberdade”, na medida em que revelaria a internalização de limites que antecedem a própria ação. Ao transformar essas experiências em narrativa, tanto Benita Galeana quanto Carolina Maria de Jesus também produziriam uma inflexão importante, na qual o vivido deixaria de operar apenas como adaptação e passaria a constituir um campo de elaboração crítica, permitindo que a ordem urbana se tornasse visível em seus efeitos mais cotidianos.

Para Lepecki (2012, p. 57), esta movimentação está essencialmente inscrita na esfera política: “O sujeito que emerge entre as rachaduras do urbano, movendo-se para além e aquém dos passos

PENSAR FORA DO EIXO

que lhe teriam sido pré-atribuídos, é o sujeito político pleno". Seu objetivo é recapturar uma nova ideia, uma nova imagem e uma nova noção coreográfica de movimento que "rache o chão liso da coreopolícia e que rache a sujeição dos sujeitos arregimentados pela coreopolícia". O autor, ao relacionar a noção contemporânea de coreografia com a dimensão política do espaço por meio do termo coreopolícia, cria correspondências com o panóptico de Foucault (1987). Este coreopoliciamento seria a:

"(...) implementação do insensato movimento insensível que predetermina uma cinética do cidadão em que as relações movimento e lugar, ou política e chão, são permitidas apenas se permanecem relações reificadas, inquestionáveis, imutáveis, e que reproduzem o consenso sobre o seu "bom senso". (Lepecki, (2011) 2012, p. 55)

Nesse sentido, a maior parte das experiências urbanísticas contemporâneas a Carolina Maria de Jesus e a Benita Galeana podem ser entendidas como expressões de coreopoliciamento da chamada modernidade latino-americana. Sob a ótica de Freire (1987), essa lógica assemelha-se à concepção "bancária" aplicada ao território: o planejamento urbano atua como um "depositante" de trajetórias fixas, tratando os moradores como "recipientes" passivos que devem apenas se adaptar a uma ordem espacial preestabelecida. Foram experiências que buscavam organizar não apenas diretrizes espaciais, mas também cinéticas esperadas, em que movimentação e permanência nos espaços da cidade se dariam sob parâmetros definidos por uma racionalidade técnica, moral e econômica. Benita Galeana, por exemplo, sofreu inúmeras perseguições policiais por seu ativismo, evidenciando como a coreopolícia tenta imobilizar qualquer corpo que ouse iniciar o "inesperado". Já Carolina Maria de Jesus, por meio de seu diário, realizou uma descodificação crítica da favela do Canindé, expondo uma violenta estrutura de racismo e de coreopoliciamento que buscava manter os moradores em um estado de "imersão" e passividade diante da exclusão.

Em contrapartida, como resistência ao coreopoliciamento, Lepecki também propõe a noção coreopolítica:

"comobilização da ação e dos sentidos, energizada pela ousadia do iniciar o improvável, no chão sempre movente da história, e que pode prescindir mesmo do espetáculo do cinético da circulação e do agito, pois o que importa é implementar um movimento que, ao se dar, de fato promova o movimento que importa. Que pode ser, por exemplo, simplesmente parar". (LEPECKI, (2011) 2012, p. 55)

A coreopolítica surge como uma reorganização profunda das estruturas multidimensionais que orientam os corpos e os pensamentos na cidade. Ao romper com a lógica da coreopolícia, ela transforma as trajetórias pré-determinadas em espaços de invenção, permitindo que a vida urbana

PENSAR FORA DO EIXO

deixe de ser apenas um fluxo de mercadorias e capital para tornar-se uma composição viva onde o sujeito ousa “pronunciar o mundo” através de seu próprio movimento. Nesse sentido, coreografias urbanas como as observadas por meio do movimento de *Palo Alto* podem ser compreendidas como expressões de uma coreopolítica urbana por reorganizarem, no cotidiano, as relações entre corpo, espaço e ação. Segundo Lepecki (2012), a coreografia se torna coreopolítica quando mobiliza ou auxilia uma tomada de ação nos vazios presentes na trama de circulação do urbano. Em *Palo Alto*, a organização coletiva e a autogestão configuram esse movimento de resistência. Em vez de aceitarem modelos habitacionais aos quais sequer tinham acesso, os moradores tornaram-se sujeitos da própria construção, transformando o “chão” da cidade em práxis libertadora. Ao construir coletivamente, revisar técnicas e adaptar processos às suas próprias condições, aquela população não apenas respondeu à precariedade, mas produziu táticas e outras formas de organização coletiva para lutar por sua permanência na cidade.

Nesse entrelaçamento de ideias, o que buscamos evidenciar não é apenas a coexistência de diferentes formas de produzir e de pensar o urbano, mas a tensão contínua entre diferentes modos de organizar a vida. De um lado, arranjos que tenderiam a estabilizar comportamentos e delimitar acessos. De outro, práticas que reconfigurariam essas mesmas condições, ainda que de maneira parcial e situada. Os corpos das populações marginalizadas aparecem, nesse contexto, como aqueles sobre os quais essas expectativas incidem de forma mais intensa, orientando gestos, posturas e deslocamentos diante de um olhar normativo que regula sem necessariamente se explicitar. O medo de elevador, peculiar coincidência das trajetórias de mulheres de países tão distantes um do outro, poderia, por fim, ser tomado como um dos pontos de condensação dessa experiência de ser modernizado. Um gesto mínimo, quase imperceptível, que não revelaria apenas o medo em si, mas uma inteligente forma de leitura imediata da complexidade do espaço.

5 Considerações finais

Se, ao longo deste texto, buscamos compreender como o urbano pode se inscrever nos corpos por meio de pedagogias silenciosas e de coreografias coreopoliciadas que orientam o possível, talvez seja no presente que essa problemática se torne ainda mais notável. Mesmo quando atravessados por discursos de inclusão ou diversidade, muitos projetos continuam a reproduzir parâmetros definidos por uma racionalidade econômica que antecede e condiciona o próprio fazer projetual. A questão que se coloca, então, não diz respeito apenas à forma das cidades, mas aos próprios critérios a partir dos quais se definem suas transformações. Interrogar o que se entende por

PENSAR FORA DO EIXO

desenvolvimento, nesse contexto, implicaria compreendê-lo como construção situada, atravessada por interesses, disputas e exclusões.

Ao revisitar as experiências de Benita Galeana, Carolina Maria de Jesus e dos moradores de *Palo Alto*, o que se evidencia não é a formulação de um modelo alternativo acabado, mas a emergência de práticas que operam em outras dimensões. Seja na recusa diante do elevador, na escrita que transforma a experiência em crítica ou na construção coletiva que reconfigura o espaço, o que se delineia são formas de agir que não partem de uma estratégia de antecipação dos gestos, mas da relação direta com as condições concretas de existência. Nelas, o urbano deixa de ser apenas objeto de intervenção econômica e mercadológica para tornar-se um campo de elaboração e de criatividade.

Talvez seja nesse ponto que a noção de coreografia, em sua dimensão ampliada, encontre sua maior potência. Entre coreopolícias que tentam organizar e estabilizar os movimentos e coreopolíticas que introduzem as variações e interrupções do ser político pleno, o que se revela é a cidade como um jogo de disputa contínua. Não apenas entre projetos distintos, mas entre modos de viver, de perceber e de habitar. Assim, mais do que propor respostas definitivas, este escrito propõe o resgate das ações arquitetônica e urbanística como ações artísticas, políticas, sensíveis, humanizadoras que nos ajudem a pensar o urbano a partir das experiências vividas, reconhecendo a densidade de relatos biográficos e de gestos mínimos, admitindo que, mesmo nos espaços mais regulados, talvez permençam possibilidades de reconfiguração.

REFERÊNCIAS

ALMANDOZ, Arturo. "Historiografia urbana en latinoamerica: del positivismo al postmodernismo". **Diálogos – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**. Maringá, v. 7. p. 117-156, 2003.

BERNARD, Andreas. **Lifted: a cultural history of the elevator**. Nova Iorque: New York University Press. 2014.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. Utopias e realidades: uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DE JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**. Edição Popular. São Paulo: Ática. 2011.

PENSAR FORA DO EIXO

- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes. 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GALEANA, Benita. **Benita**. Cidade do México: Brigada Cultural. 2017
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS, p. 223-244, 1988.
- KERN, Leslie. **Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- LEFEBVRE, Henri. **Introdução à Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.
- LEPECKI, André. “Coreopolítica e coreopolícia”. **Ilha Revista de Antropologia**. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 41–60, jan/jun. (2011) 2012.
- LOMBERA G., Rocio; PÁEZ F., Leonardo. Palo Alto, esfuerzo colectivo y organizado. **Cuadernos de Dinámica Habitacional**. Ciudad de México: COPEVI. 1987.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- MORAES, Juliana Martins Rodrigues de. “O conceito de coreografia em transformação”. **Urdimento**. Florianópolis, v.1, n.34, p. 362-377, mar./abr. 2019
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero**. 2015. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- USEM, **Foro Nacional de la Vivienda** – Memoria. Ciudad de México. 1963.
- VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: [ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia]. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p.121-188.
- YOUNG, Iris Marion. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.